

**INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PARAÍBA**

CONCURSO PÚBLICO PARA PROVIMENTO DE CARGOS TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS
Edital Nº 275/2013 de 19 de setembro de 2013

CADERNO DE QUESTÕES

PROVA REALIZADA NO DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2013

CÓDIGO 16 | Auditor

OBSERVAÇÕES IMPORTANTES

- Este caderno tem um total de 40 (quarenta) questões, distribuídas da seguinte forma:
Questões de 01 a 10: Língua Portuguesa
Questões de 11 a 20: Legislação do Serviço/Servidor Público Federal
Questões de 21 a 25: Noções de Informática
Questões de 26 a 40: Conhecimentos Específicos
- Verifique se este caderno está completo.
- Para cada questão são apresentadas cinco alternativas de resposta (a, b, c, d, e), sendo que o candidato deverá escolher **apenas uma** e, utilizando caneta esferográfica azul ou preta, preencher o círculo (bolha) correspondente no cartão-resposta.
- As respostas das questões deverão, obrigatoriamente, ser transcritas para o cartão-resposta, que será o único documento válido utilizado na correção eletrônica.
- Verifique se os dados constantes no cartão-resposta estão corretos e, se contiver algum erro, comunique o fato imediatamente ao aplicador/fiscal.
- O candidato terá o **tempo máximo de 04 (quatro) horas** para responder a todas as questões deste caderno e preencher o cartão-resposta.
- **NÃO HAVERÁ SUBSTITUIÇÃO**, sob qualquer hipótese, deste caderno, nem do cartão-resposta.
- Não serão dadas explicações durante a aplicação da prova.

BOA PROVA!

LÍNGUA PORTUGUESA

Texto

Brasil vive fetiche por tecnologia na educação

1 Não há pessimista capaz de achar ruim o fato de a educação brasileira, num período de dez anos, ter virado uma pauta importante de conversa, do motorista de táxi ao parlamentar. Antes disso, era papo de intelectual.

5 A notícia não muito boa é que muitos vícios e mazelas da velha educação parecem ter sido transmitidos para uma nova geração de jovens criativos e, sobretudo, bem intencionados. Basta frequentar eventos de aceleradoras ou incubadoras de negócios para constatar que há uma enxurrada de aplicativos e *gadgets* desenvolvidos por estudantes que procuram “transformar” a sala de aula e a maneira com que a educação encara os desafios deste mundo. De perto, essa é uma possibilidade remota pelo que é apresentado por eles.

10 É importante notar: a educação jamais será transformada por pensadores. Esse é o amargo legado que as conservadoras faculdades de Pedagogia deixaram às políticas públicas brasileiras, nos últimos 50 anos, exumando os cadáveres dos pensadores do passado. O universo da educação precisava mesmo dessa invasão bárbara de engenheiros, jornalistas, médicos e outros tantos.

15 O que tem faltado aos novos empreendedores de *start-ups* e criadores de aplicativos é um olhar sistêmico sobre o tema e a troca de conhecimento com quem está na linha de frente, ou seja, o professor e o diretor da escola. Aliás, essa é uma geração que trabalha em rede, mas tem muita dificuldade em escutar o colega ao lado. [...]

20 Os aplicativos, sites e outras novidades tecnológicas têm de estar alinhados com ações de alguma dessas frentes para tornar real o impacto de transformação. Eles não têm valor por si só. Para não ser injusto, há boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games, que apresentam esse potencial.

25 Criar protótipos e arriscar são partes importantes do universo da criação. Mas, quando escuto a justificativa de algum desses empreendedores, sinto que a educação a qual eles se referem não é a mesma que eu conheço. Há pouco trabalho de pesquisa sobre estrutura e conjuntura do cenário e muitas abordagens sobre o tema parecem ingênuas.

30 O país vive um momento de fetiche e deslumbramento pela tecnologia na educação. Meu único receio é que nesse deleite esqueçamos o principal: o currículo conteudista ainda está vivo e passa bem. [...]

01. O termo “fetiche”, utilizado no título para se referir ao comportamento dos brasileiros em relação à tecnologia na educação,
- a) prenuncia um posicionamento parcial do enunciador em relação ao tema discutido.
 - b) revela o culto irrestrito aos aplicativos e *gadgets*, alinhados à matriz curricular que estabelece os domínios aplicados em sala de aula.
 - c) constitui uma inadequação linguística, já que o assunto abordado requer o uso de termos técnicos ligados ao campo semântico da tecnologia.
 - d) reforça o caráter ingênuo dos brasileiros quando se trata de aquisição de produtos tecnológicos que favorecem o processo de ensino e aprendizagem.
 - e) denuncia o deslumbramento pelo mundo virtual, na sala de aula, o que justifica o baixo rendimento do estudante brasileiro após o *boom* tecnológico.
02. Em relação ao uso da tecnologia na educação no Brasil, o texto defende a seguinte ideia:
- a) Há um limitado acesso à informática por parte de determinados profissionais.
 - b) O fascínio pela tecnologia pode negligenciar o conhecimento formal disponibilizado pela escola.
 - c) O domínio das ferramentas tecnológicas, no processo educativo, acarretou prejuízos nas relações interpessoais.
 - d) Os aplicativos e *gadgets*, desenvolvidos por estudantes, são responsáveis pela transformação pedagógica, erradicando os baixos índices de leitura entre os jovens brasileiros.
 - e) Os idealizadores de políticas públicas na educação, em conjunto com profissionais da engenharia, do jornalismo e da medicina, estão em dissonância com os novos suportes digitais.

03. Ao finalizar o texto com a expressão popular “está vivo e passa bem”, o autor
- a) ratifica o fato de a internet não oferecer subsídios para um ensino mais centrado na autonomia do aluno.
 - b) reporta-se às experiências negativas no universo educacional, decorrentes de vícios e mazelas da educação tradicional.
 - c) chama a atenção para outro aspecto relevante no processo educacional que parece negligenciado pela inclusão da tecnologia.
 - d) lembra que o uso de recursos tecnológicos na escola impede a prática efetiva dos conhecimentos específicos, previstos pela matriz curricular.
 - e) registra o fato de as pesquisas científicas sobre estrutura e conjuntura da abordagem pedagógica, na sala de aula, basearem-se na interação entre currículo e tecnologia.
04. No específico domínio social de comunicação em que o texto foi produzido, o autor se vale de certos procedimentos linguístico-discursivos na produção de sua mensagem, cujo objetivo é
- a) discutir as novas tecnologias no processo educativo, de modo a aliá-las ao currículo conteudista.
 - b) levantar dados que comprovem o uso de ferramentas midiáticas pela nova geração de jovens criativos.
 - c) descrever ações relativas ao ensino de tecnologias da informação a serem adotadas pelas escolas em seu currículo.
 - d) defender a democratização da utilização do moderno aparato tecnológico entre os brasileiros de diferentes classes, do motorista de táxi ao parlamentar.
 - e) incentivar os leitores de jornais sobre a necessidade de se manterem atentos às revoluções tecnológicas de seu tempo, haja vista a apropriação desses recursos pela escola.

05. Em se tratando da linguagem escrita, o texto deve primar pela clareza da mensagem, possível graças às ideias articuladas entre si, de modo a formar um todo compreensível. Considerando que os conectivos se prestam a estabelecer diferentes relações de sentidos entre os enunciados, analise os trechos a seguir e suas respectivas justificativas de uso e assinale (V), para o que for Verdadeiro, e (F), para o que for Falso.

- () Em “Meu único receio é **que** nesse deleite esqueçamos o principal”, o conectivo “**que**” substitui “Meu único receio”. (linha 30)
- () No trecho “**Para** não ser injusto, há boas novidades nas áreas do ensino adaptativo”, o termo destacado estabelece ideia de finalidade. (linha 22)
- () No fragmento “**Eles** não têm valor por si só”, o pronome em destaque retoma a expressão “Os aplicativos, sites e outras novidades tecnológicas”. (linha 21)
- () Em “há boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games, **que** apresentam esse potencial”, o pronome destacado refere-se a “boas novidades nas áreas de ensino adaptativo e do uso de games”. (linha 22)

A sequência **CORRETA** para as proposições é:

- a) V, V, V, V
- b) V, V, V, F
- c) F, V, F, F
- d) F, V, V, V
- e) V, F, V, F

06. Algumas marcas linguísticas constituem recursos argumentativos que produzem efeitos de sentido nas situações efetivas de interlocução. Partindo desse pressuposto, considere o termo destacado em “**Aliás**, essa é uma geração que trabalha em rede, mas tem muita dificuldade em escutar o colega ao lado”, e, em seguida, analise os comentários sobre ele.

- I – O termo pode ser substituído por “ou melhor” sem qualquer alteração de sentido.
- II – O termo confere mais credibilidade aos argumentos, reforçando-os juntamente à ideia final do texto.
- III – Por introduzir um contraponto em relação à ideia anterior, o termo pode ser substituído por “entretanto”.
- IV – A palavra foi utilizada como recurso para evitar que o enunciador se comprometesse com o comentário sobre os novos empreendedores de *start-ups*.

É **CORRETO** apenas o que se afirma em:

- a) I
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

07. Considere os trechos abaixo:

- I – “O que **tem faltado** aos novos empreendedores de *start-ups* e criadores de aplicativos é um olhar sistêmico sobre o tema”.
- II – “[...] alinhados com ações de alguma dessas frentes para **tornar** real o impacto de transformação”.
- III – “[...] sinto que a educação a qual eles **se referem** não é a mesma que eu conheço.”
- IV – “[...] essa é uma geração que **trabalha** em rede”.

Com base nas relações sintáticas estabelecidas entre os verbos destacados presentes nos trechos e seus complementos, é **CORRETO** afirmar:

- a) Em II, o termo “real” funciona como complemento do verbo “tornar”.
- b) Em III, a forma verbal “se referem” não exige complemento.
- c) Em IV, a forma verbal “trabalha” não apresenta complemento verbal.
- d) Em I, III e IV, os verbos em destaque exigem complemento da mesma natureza.
- e) Em I, II, III e IV, os verbos destacados possuem significação completa, sendo facultativo o uso de complemento.

08. Considere as frases abaixo:

- I – “**Basta** frequentar eventos de aceleradoras ou incubadoras de negócios”.
- II – “Para não ser injusto, **há** boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games”.
- III – “Criar protótipos e arriscar **são** partes importantes do universo da criação”.

Tendo em vista a concordância dos verbos destacados, presentes nos trechos em questão, marque (V), para o que for Verdadeiro, e (F), para o que for Falso.

- () Em I e II, os verbos não são flexionados no plural, pois não há sujeito nas orações.
- () Em II, se o verbo “haver” fosse substituído por “existir”, este (o verbo “existir”) seria flexionado, de modo a concordar com “boas novidades nas áreas do ensino adaptativo e do uso de games”.
- () Em III, o verbo “ser” é flexionado adequadamente no plural, a fim de concordar com o sujeito composto.
- () Em I, pode-se substituir, com os ajustes necessários na ordem da frase, a forma verbal “basta” por “é o bastante” sem alteração de sentido e de estrutura sintática.

A sequência **CORRETA** para as proposições é:

- a) V, V, V, V
- b) V, V, V, F
- c) F, V, F, F
- d) F, F, V, V
- e) F, V, V, V

09. Nos trechos a seguir, o emprego da vírgula justifica-se pela mesma razão em todos os casos, com **EXCEÇÃO** de:

- a) “[...] capaz de achar ruim o fato da educação brasileira, num período de dez anos, ter virado uma pauta importante de conversa”.
- b) “Antes disso, era papo de intelectual”.
- c) “De perto, essa é uma possibilidade remota pelo que é apresentado por eles”.
- d) “[...] deixaram às políticas públicas brasileiras, nos últimos 50 anos, exumando os cadáveres dos pensadores do passado”.
- e) “[...] troca de conhecimento com quem está na linha de frente, ou seja, o professor e o diretor da escola”.

10. Considere o fragmento:

“Meu único receio é que nesse deleite esqueçamos o principal: o currículo conteudista ainda está vivo e passa bem.”

Sabendo que o uso da pontuação estrutura o texto para compreensão adequada da mensagem, analise as seguintes proposições:

- I – O uso dos dois pontos presta-se a anunciar a interferência de outro enunciador.
- II – A utilização dos dois pontos esclarece ao leitor a ideia apresentada anteriormente.
- III – O conectivo “e” deve ser precedido por vírgula, pois liga ações de sujeitos diferentes.
- IV – A expressão “nesse deleite” poderia estar entre vírgulas, sem desrespeitar a norma culta.

No que se refere à pontuação no trecho, é **CORRETO** o que se afirma em:

- a) I apenas
- b) II apenas
- c) III apenas
- d) II e IV apenas
- e) III e IV apenas

LEGISLAÇÃO DO SERVIÇO/SERVIDOR PÚBLICO FEDERAL

11. De acordo com art. 8º da **Lei 8.112/90**, são formas de provimento de cargo público:

- I – nomeação
- II – promoção
- III – adaptação
- IV – reversão
- V – reaproveitamento
- VI – reintegração
- VII – remoção

Mediante o exposto, considerar-se-á(ão) **CORRETA(S)** a(s) assertiva(s)

- a) apenas III, IV e VII.
 - b) apenas I e V.
 - c) apenas II, III e IV.
 - d) apenas I, II, IV e VI.
 - e) I, II, III, IV, V, VI e VII.
12. A **Lei 8.112/90**, no seu art. 20, dispõe que, ao entrar em exercício, o servidor nomeado para cargo de provimento efetivo ficará sujeito a estágio probatório por período de 24 (vinte e quatro) meses, durante o qual a sua aptidão e capacidade serão objeto de avaliação para o desempenho do cargo, no qual serão observados os seguintes fatores, **EXCETO**:
- a) Assiduidade.
 - b) Disciplina.
 - c) Capacidade de liderança.
 - d) Produtividade.
 - e) Responsabilidade.

13. Complete o texto do art. 37, § 6º da **Constituição Federal do Brasil**:

“As pessoas jurídicas de _____ prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa”.

- a) direito público interno e as de direito internacional
- b) direito público e as de direito privado
- c) direito público externo e as de direito privado
- d) direito público interno e as de direito público externo
- e) direito público e as de direito internacional

14. A **Constituição Federal do Brasil** determina no seu art. 206 que o ensino será ministrado com base nos seguintes princípios, **EXCETO**:

- a) Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
- b) Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber.
- c) Pluralismo de idéias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.
- d) Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
- e) Reprodução exclusiva de conhecimento empírico, durante o processo de formação profissional.

15. Quanto às **PENAS**, para os efeitos da **Lei 8.429/92**, no seu art. 12, em consonância com o art. 9º (Atos de Improbidade Administrativa que importam enriquecimento ilícito), considera-se **INCORRETA** a alternativa:

- a) Perda de bens ou valores acrescidos ilicitamente ao patrimônio.
- b) Ressarcimento integral ao dano, quando houver.
- c) Perda da função pública, suspensão dos direitos políticos de oito a dez anos.
- d) Pagamento de multa civil de até quatro vezes o valor do acréscimo patrimonial.
- e) Proibição de contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, ainda que por intermédio de pessoa jurídica da qual seja sócio majoritário pelo prazo de dez anos.

16. A posse e o exercício de agente público, de acordo com a **Lei 8.429/92**, no seu art. 13, ficam condicionados à apresentação de declaração dos bens e valores que compõem o seu patrimônio privado. Considera-se **CORRETA** a assertiva, cujos itens são conteúdo da declaração:
- a) Imóveis, semoventes, móveis, títulos e ações.
 - b) Impostos, dinheiro, móveis, investimentos.
 - c) Taxas, caderneta de poupança, móveis, títulos e ações.
 - d) Contribuição de melhoria, semoventes, imóveis, investimentos.
 - e) Dinheiro, caderneta de poupança, móveis, impostos.
17. Quanto aos crimes contra a Administração Pública, segundo o **Código Penal Brasileiro**, nos seus arts. 312 ao 327, é **CORRETO** afirmar:
- a) Considera-se peculato mediante erro de outrem, apropriar-se o funcionário público de dinheiro, valor ou qualquer outro bem móvel, público ou particular, de que tem a posse em razão do cargo, ou desviá-lo, em proveito próprio ou alheio.
 - b) Considera-se concussão, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - c) Considera-se corrupção ativa, exigir, para si ou para outrem, direta ou indiretamente, ainda que fora da função ou antes de assumi-la, mas em razão dela, vantagem indevida.
 - d) Considera-se excesso de exação, retardar ou deixar de praticar, indevidamente, ato de ofício, ou praticá-lo contra disposição expressa de lei, para satisfazer interesse ou sentimento pessoal.
 - e) Considera-se violência consensual, praticar violência, no exercício da função ou a pretexto de exercê-la.
18. De acordo com o art. 313 do **Código Penal Brasileiro**, considera-se funcionário público, para os efeitos penais, quem
- a) transitoriamente com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
 - b) sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
 - c) embora transitoriamente ou sem remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
 - d) com remuneração, exerce cargo, emprego ou função pública.
 - e) sem remuneração, apenas no estágio probatório, exerce cargo, emprego ou função pública.

19. Segundo o anexo da **Lei 1.171/94** (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), inciso IV, a remuneração do servidor público é custeada
- a) exclusivamente pelos tributos pagos indiretamente por todos.
 - b) exclusivamente pelos tributos pagos diretamente por todos.
 - c) pelos tributos pagos direta ou indiretamente por todos.
 - d) pelas taxas e impostos pagos direta e indiretamente por todos.
 - e) exclusivamente pelas taxas pagas indiretamente por todos.
20. Segundo o anexo da **Lei 1.171/94** (Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal), inciso XXII, a pena aplicável ao servidor público pela COMISSÃO DE ÉTICA é
- a) a censura.
 - b) a advertência.
 - c) a suspensão.
 - d) a exoneração.
 - e) o afastamento do cargo em caráter permanente.

NOÇÕES DE INFORMÁTICA

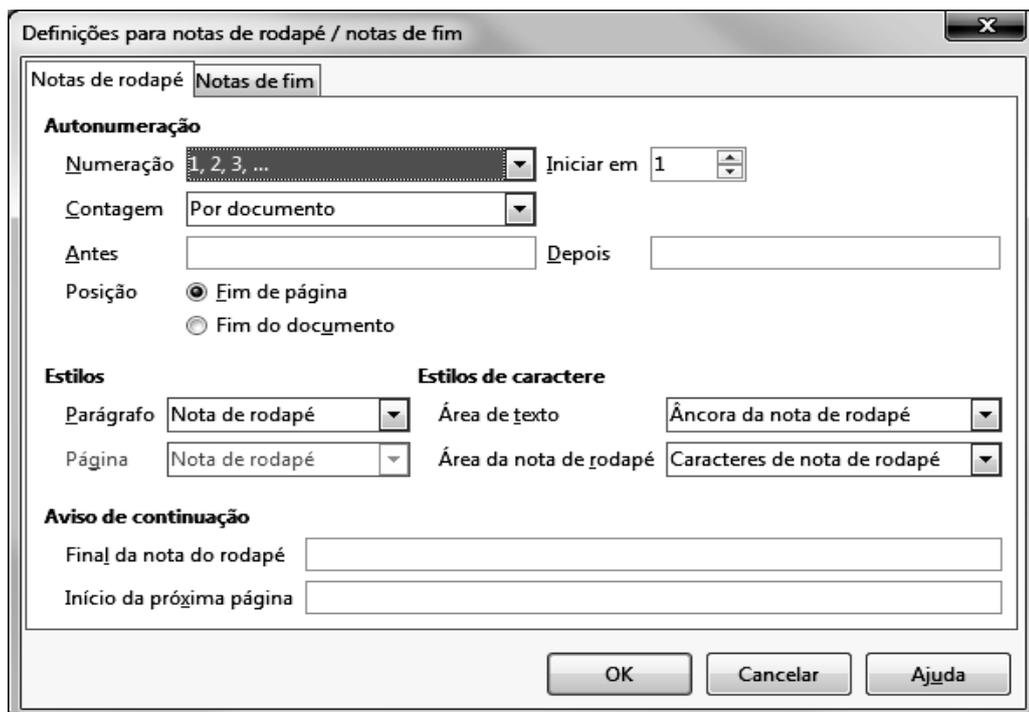
21. Considere, a seguir, as proposições relacionadas ao **Microsoft PowerPoint 2010**, versão em Português (Brasil):

- I – Cada apresentação contém, pelo menos, um *slide* mestre.
- II – Um modelo do *PowerPoint* é um padrão ou um plano gráfico de um *slide* (ou um grupo de *slides*) salvo como um arquivo *.potx*.
- III – Essa versão oferece suporte a Arquivos do Assistente para Viagem (*.ppz*).
- IV – Nessa versão, o recurso de “AutoRecuperação” substitui a opção de salvar manualmente o trabalho, com segurança.

Estão **INCORRETAS** as proposições:

- a) I e II apenas.
- b) I e III apenas.
- c) II e IV apenas.
- d) III e IV apenas.
- e) I, II, III e IV.

22. A figura a seguir apresenta a janela de definições para notas de rodapé e notas de fim do editor de textos **LibreOffice Writer 4.1.1**, versão em Português (Brasil):



A janela apresentada pode ser acessada por meio do menu:

- a) Editar
 - b) Exibir
 - c) Inserir
 - d) Formatar
 - e) Ferramentas
23. No navegador **Firefox**, versão 24, o recurso “Navegação Privativa” permite que o usuário navegue na Internet sem que o *browser* guarde informações sobre os *sites* e páginas que ele visitou. Indique a combinação de teclas de atalho do teclado cuja função é a de abrir uma nova janela privativa vazia.
- a) Ctrl+J
 - b) Ctrl+O
 - c) Ctrl+Shift+P
 - d) Ctrl+Shift+H
 - e) Alt+Home
24. Sobre o sistema operacional **Microsoft Windows 7**, versão em Português (Brasil), é **CORRETO** afirmar:
- a) A “Troca Rápida de Usuário” permite que uma segunda pessoa efetue *logon* no computador, sem a necessidade de que a primeira tenha de efetuar *logoff* ou fechar seus programas e arquivos.
 - b) Presente nas edições *Starter*, *Home* e *Professional*, o recurso “Controle dos Pais” ajuda a limitar o tempo que as crianças podem usar o computador.
 - c) O “Índice de Experiência do *Windows*” permite medir a capacidade de configuração de *hardware* e *software* do computador e expressar essa medida como um número, denominado pontuação básica, numa escala de 0 a 10.
 - d) A capacidade de criptografar unidades usando “Criptografia de Unidade de Disco *BitLocker*” está disponível em todas as edições do *Windows 7*.
 - e) A “Hibernação” coloca os documentos e programas abertos no disco rígido, mas não desliga o computador.

25. Observe, na figura abaixo, um trecho de uma planilha feita no **Microsoft Excel 2010**, versão em Português (Brasil).

	A
1	
2	45
3	90
4	78
5	

Considere que as células B2, B3 e B4 foram preenchidas com as fórmulas apresentadas no quadro abaixo:

Fórmula preenchida em B2	<code>=SE(A2>89;"A";SE(A4<79;"B";SE(A3>69;"C";SE(A2>59;"D";"E"))))</code>
Fórmula preenchida em B3	<code>=SE(A3>89;"A";SE(A2<79;"B";SE(A3>=69;"C";SE(A4<59;"D";"E"))))</code>
Fórmula preenchida em B4	<code>=SE(A4>89;"A";SE(A2>=79;"B";SE(A4>69;"C";SE(A3<59;"D";"E"))))</code>

Os resultados produzidos nas células B2, B3 e B4, separados por vírgula, serão, respectivamente:

- a) A, B, E
- b) B, A, C
- c) A, D, E
- d) B, A, B
- e) E, A, C

Auditor

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

26. As agências executivas nada mais são do que autarquias ou fundações públicas que, por decreto do Presidente da República, recebem o status de Agência visando uma maior eficiência e redução de custos. Para a sua criação, as agências precisam apresentar um plano estratégico de reestruturação e de desenvolvimento institucional, bem como:
- a) Haver previsão legal.
 - b) Celebrar termo de parceria com o respectivo Ministério.
 - c) Celebrar convênio com o respectivo Ministério.
 - d) Celebrar contrato de programa com o respectivo Ministérios.
 - e) Celebrar contrato de gestão com o respectivo Ministério.
27. A Lei nº 8.112/1990, que dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos da União, das autarquias e das fundações públicas federais, em seu artigo 132, inciso V, apresenta como hipótese de demissão do servidor público a incontinência pública e conduta escandalosa, na repartição. Se um servidor for pego praticando atos libidinosos na repartição, sua demissão ocorrerá em decorrência do princípio:
- a) Da legalidade.
 - b) Da moralidade.
 - c) Da razoabilidade.
 - d) Da eficiência.
 - e) Da autotutela.
28. Sobre a dispensa e inexigibilidade de licitação, considere as hipóteses abaixo, previstas na Lei nº 8.666/1993:
- I – Quando a União tiver que intervir no domínio econômico para regular preços ou normatizar o abastecimento.
 - II – Contratação de profissional de qualquer setor artístico, diretamente ou através de empresário exclusivo, desde que consagrado pela crítica especializada ou pela opinião pública.
 - III – Nos casos de guerra ou grave perturbação da ordem.

Essas hipóteses correspondem, respectivamente, aos casos de:

- a) Inexigibilidade, inexigibilidade e dispensa.
 - b) Dispensa, inexigibilidade e dispensa.
 - c) Dispensa, dispensa e dispensa.
 - d) Inexigibilidade, dispensa e dispensa.
 - e) Dispensa, dispensa e inexigibilidade.
29. Quando trata da questão da independência do auditor em relação ao objeto do seu trabalho, o Conselho Federal de Contabilidade, na Norma Brasileira de Contabilidade Profissional (NBC P1), não especifica como fator impeditivo da realização do trabalho:
- a) Interesse financeiro direto, imediato ou mediato.
 - b) Qualquer situação de conflito de interesse.
 - c) Vínculo conjugal ou de parentesco consanguíneo em linha reta, sem limites de grau
 - d) Função ou cargo incompatível com a atividade de auditoria.
 - e) Relação de trabalho como empregado, administrador ou colaborador assalariado, ainda que essa relação seja indireta, nos cinco últimos anos.
30. Além da independência, o sigilo profissional se constitui em um dos pilares de sustentação da atividade de auditoria. Entre as relações abaixo, indique aquela que não consta na NBC P1, do Conselho Federal de Contabilidade, como obrigatória de guarda de sigilo por parte do auditor.
- a) Na relação entre o auditor e a entidade auditada.
 - b) Na relação entre os auditores e os organismos reguladores e fiscalizadores.
 - c) Na relação com as autoridades fazendárias.
 - d) Na relação entre o auditor e demais terceiros.
 - e) Na relação entre auditores.

31. A auditoria governamental, além de observar os princípios gerais da auditoria, respeita, também, princípios que norteiam a administração pública. Desse modo, entre as finalidades da auditoria pública, não deve ser incluída:
- a) Observância da legislação específica e normas correlatas.
 - b) Controle e utilização dos bens e valores sob uso e guarda dos administradores ou gestores.
 - c) Criação e atualização de sistemas de informações.
 - d) Execução dos programas de governo, dos contratos, convênios, acordos, ajustes e outros instrumentos congêneres.
 - e) Exame e avaliação das transferências e a aplicação dos recursos orçamentários.
32. O controle na área pública tem, entre os seus objetivos, assegurar que a administração tenha a sua atuação de acordo com o que dispõe a legislação. No que diz respeito ao controle interno, a Constituição Federal especifica, no seu artigo 74, as suas finalidades, entre as quais não se encontra:
- a) Avaliar o cumprimento das metas previstas no plano plurianual.
 - b) Apoiar o controle externo no exercício da sua missão constitucional.
 - c) Exercer o controle das operações de crédito, avais e garantias.
 - d) Emitir parecer de auditoria, opinando sobre a gestão dos resultados.
 - e) Exercer o controle dos direitos e haveres da União.
33. O Manual do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal foi aprovado pela Instrução Normativa nº 01/2001, da Secretaria Federal de Controle Interno, órgão do Ministério da Fazenda. De acordo com aquele Manual, não se constitui como objeto de exames realizados pelo Sistema de Controle Interno:
- a) Os processos de aposentadoria, reforma e pensão concedidos aos contribuintes da Previdência Social.
 - b) Os processos de tomada de contas especial, sindicância, inquéritos administrativos e outros atos administrativos de caráter apuratório.
 - c) A arrecadação, a restituição e as renúncias de receitas e tributos federais.
 - d) Os processos de licitação, sua dispensa e inexigibilidade.
 - e) Verificação da legislação pertinente.

34. O Decreto nº 1.171/1994 aprovou o Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal. Com base no Código de Ética, analise as afirmações abaixo:

- I – Ter consciência de que seu trabalho é regido por princípios éticos que se materializam na adequada prestação de serviços públicos.
- II – Fazer uso de informações privilegiadas obtidas no âmbito interno do seu serviço, em benefício próprio, de parentes, de amigos ou de terceiros.
- III – Toda ausência injustificada do servidor do seu local de trabalho é fator de desmoralização do serviço público.

As afirmações correspondem, respectivamente, a:

- a) Regra Deontológica – Dever do Servidor – Vedação ao Servidor.
 - b) Dever do Servidor – Vedação ao Servidor – Regra Deontológica.
 - c) Dever do Servidor – Regra Deontológica – Vedação ao Servidor.
 - d) Vedação ao Servidor – Dever do Servidor – Regra Deontológica.
 - e) Regra Deontológica – Vedação ao Servidor – Dever do Servidor.
35. Constitui função do Plano Plurianual, nos termos do artigo 165, § 1º, da Constituição Federal, o estabelecimento de:
- a) Diretrizes, objetivos e metas.
 - b) Prioridades do Governo.
 - c) Ações e programas do Governo.
 - d) Ações, programas, diretrizes e metas do Governo.
 - e) Diretrizes, objetivos, metas, ações e programas do Governo.

36. Em relação aos orçamentos públicos, assinale a opção **CORRETA**:
- a) O plano plurianual é composto pelo orçamento fiscal, de investimentos e da seguridade social.
 - b) Os planos e programas nacionais, regionais e setoriais previstos na Constituição Federal são elaborados em consonância com a Lei de Diretrizes Orçamentárias e apreciados pelo Congresso Nacional.
 - c) Os princípios orçamentários são premissas básicas de ação a serem observadas na elaboração da proposta orçamentária. Desse modo, sendo possível prever que haverá excesso de arrecadação, poderá a receita prevista ser superior à despesa fixada.
 - d) A lei que instituir o plano plurianual deve estabelecer as diretrizes, objetivos e metas da administração pública federal para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para aquelas relativas aos programas de duração continuada.
 - e) Não podem ser aplicadas aos projetos de leis orçamentárias todas as normas relativas ao processo legislativo previstas na Constituição Federal para elaboração de leis ordinárias.
37. O instrumento constitucional de planejamento que estabelecerá, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes e para os programas de duração continuada, denomina-se:
- a) Lei de Diretrizes Orçamentárias.
 - b) Lei Orçamentária Anual.
 - c) Orçamento Fiscal.
 - d) Orçamento de Investimento.
 - e) Plano Plurianual.

38. A Lei 4.320/1964, que estatui as normas gerais do direito financeiro, classifica as receitas públicas em receitas correntes e receitas de capital. Indique, entre as opções abaixo, aquela que representa **CORRETAMENTE** as receitas de capital.
- a) Receitas tributárias, receitas dos contribuintes, receitas patrimoniais, transferências de capital e outras receitas de capital.
 - b) Operações de crédito, alienação de bens, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.
 - c) Operações de crédito, alienação de bens, receitas patrimoniais, receitas agropecuárias e receitas industriais.
 - d) Receitas tributárias, receitas de serviços, amortização de empréstimos, transferências de capital e outras receitas de capital.
 - e) Operações de crédito, receitas tributárias, receitas patrimoniais, transferências de capital e outras receitas de capital.
39. A Lei Complementar 101/2000, que estabelece normas de finanças públicas voltadas para a gestão fiscal, é de cumprimento obrigatório:
- a) Do Poder Executivo, do Poder Legislativo, exceto o Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, Ministério Público e de toda a administração indireta e do Poder Executivo.
 - b) Do Poder Executivo, abrangendo a administração direta, autarquias, fundações públicas, fundos e empresas estatais dependentes, do Poder Legislativo, excluído o Tribunal de Contas e o do Poder Judiciário.
 - c) Do Poder Legislativo, do Poder Executivo e do Poder Judiciário, excluindo-se apenas o Ministério Público.
 - d) Do Poder Legislativo, incluindo o Tribunal de Contas, do Poder Judiciário, do Ministério Público, do Poder Executivo, administração direta, autarquias, fundações públicas, fundos e empresas estatais dependentes.
 - e) Exclusivamente do Poder Executivo e do Poder Legislativo.

40. Em relação à contabilidade pública no Brasil, é **INCORRETO** afirmar que:
- a) Serve como instrumento de registro e controle da execução do orçamento aprovado pelo Poder Legislativo.
 - b) Não registra, no ativo, praças e arruamentos.
 - c) Registra a fixação da receita e a previsão da despesa.
 - d) Adota, para a apuração do resultado, o regime contábil misto, isto é, Caixa para as receitas e Competência para as despesas.
 - e) Adota o sistema de partidas dobradas.